

A espera das renovadas esperanças

A ducha morna de risonhas esperanças que o Professor Dr Henrique Walter Pinotti espargiu ontem, de surpresa, sobre o País, espantando desânimo, aliviando a longa angústia que nos sufocava e anunciando, com o peso solene da sua específica responsabilidade, que o estado do Presidente Tancredo Neves é grave mas não caracteriza um caso perdido e que, ao contrário, há fundadas possibilidades de uma longa mas completa recuperação — não pode ser recebida apenas como um alento que reanima a opinião pública mas como uma informação de denso conteúdo político e que altera, por inteiro, o quadro de pressões para que o Presidente interino José Sarney ocupe todos os espaços e assuma integralmente o exercício do Governo.

Já agora estamos diante de um diagnóstico médico oficial que aconselha a prudência do prolongamento da expectativa, até que uma definição pouse com o peso da certeza ou da sólida probabilidade e que se projeta sobre toda a área política, impondo as suas inevitáveis consequências.

Ora, é perfeitamente compreensível a nervosa cobrança que desaba sobre a irretocável e contida compostura do Presidente José Sarney, como que exigindo dele que parta da presumida antecipação do fato consumado para empalmar a Presidência, atropelando conveniências, saltando com leviana indelicadeza sobre os deveres de um companheiro de chapa, que foi recrutado para atender a uma emergência e que nunca, até agora, recebeu um papel com timbre oficial, assumindo uma previsão. Qualquer previsão e não apenas a da hipótese pior mas a de uma provável convalescença servida com uma razoável fixação de prazo.

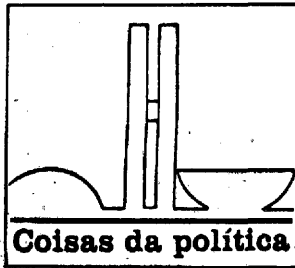
Com toda a certeza que uma parte das ansiedades nacionais se abastece com a preocupação do País parado, que empacou na véspera do sonho da disparada no rumo das mudanças.

Pois esta é uma parcela da nossa cota de incrível azar. Aconteceu, não estava previsto por ninguém e não há nada a fazer.

Quer dizer: não há muito mais a fazer do que já não tenha sido ou que não esteja sendo feito.

O que resta a fazer? Nomear a granel, como se o emperramento do paquiderme burocrático possa ser debitado à timidez dosada das nomeações que assanham e afligem os excitados políticos da oposição que virou governo e quer tirar a forra de um jejum de 21 anos? Ora, mas se fosse assim tão simples resolver a crise brasileira, ela estaria, há muito, dissolvida na enxurrada de nomeações do ciclo revolucionário e que, só no pique da campanha de 82, ascenderam a mais de meio milhão.

Então, que mais? O Ministério articulado por Tancredo é uma obra com um toque pessoal e que só cabe dentro de um esquema de que o Presidente eleito detém a exclusividade do segredo ou a chave da arbitragem. Um Ministério que está, como todo mundo e com dobradas razões, num compasso de espera. Empurrando a rotina, ousando em doses comedidas. Como exigir dele mais do que qualquer pessoa de bom senso, e com



Coisas da política

a exata noção do momento, seria capaz de fazer em seu juízo perfeito?

Estamos pagando o alto preço pela terrível provação que dói como uma injustiça. Mas, a medalha tem o seu reverso. Há um outro lado, também sombreado pela sensação aguda de ansiedade mas que indica um alto nível de amadurecimento do País, o cuidado unânime na preservação da vitória do projeto democratizante das mudanças, a colaboração solidária para que a vitória não seja perdida por um acidente desastroso do percurso.

O Governador Leonel Brizola acaba de refletir esse sentimento generalizado, que paira no ar como um invólucro protetor, com o seu pronunciamento de retificação tática e de reafirmação estratégica. Pois Brizola definiu uma posição absolutamente respeitável, ao anunciar o seu apoio ao Presidente José Sarney para a travessia da consolidação democrática. E soube aproveitar a hora certa para afirmar uma linha de negociação serena, sóbria, até fraterna, para a legítima sustentação da sua proposta de antecipação das eleições presidenciais diretas para 86, coincidentes com a eleição nacional para a Constituinte, os governos estaduais e municipais e a renovação legislativa em todos os níveis.

É absolutamente óbvio que a proposta do Governador Brizola não tem a menor viabilidade política. Pelo menos, no momento. E ele sabe disso. Sabe que não conta com votos do PMDB ou da Frente Liberal para aprovar emenda constitucional reduzindo o mandato do Presidente da República para um terço, de seis para dois anos. O compromisso de campanha é, sabidamente, para o encurtamento para quatro anos. Ao redor dos quatro anos acampam os interesses do dispo-sitivo que ganhou e ocupou o Poder. Brizola não tem parceiros para a sua nova versão das diretas-já, ou diretas daqui a pouco, em 86. Ou pode contar com o Lula e com o Maluf. E pouco para tão ambiciosa empreitada. Agora, se o Governo mergulhar na curva da decepção, Brizola estará armado para a cruzada da oposição. Com a patente do registro da tese da legitimidade do mandato arrancado do Colégio Eleitoral virado pelo avesso.

Aqui chegamos a uma das originalidades que singularizam esta caótica fase de transição. Não há oposição organizada e atuante. O PDS como oposição não pode ser levado a sério. Ele presta vestibular para aderir ao Governo. Brizola é um candidato ao baldio opositorista. Mas sem pressa, na cadência das suas conveniências. É que o Governo que encerrou a revolução não foi derrotado, mas acabou. Com ele sumiu todo um sistema. Nenhuma imagem é mais perturbadoramente cáustica dessa evidência do que as notícias que pingam do exterior, registrando o roteiro turístico milionário do ex-Presidente João Figueiredo dando a volta ao mundo comboiado pela generosidade do amigo Gazale. O João tem todo o direito de, como cidadão, espairar o seu tédio como quiser e puder, refazendo-se do lazer das longas férias presidenciais. Mas lá que é chocante, é: enquanto o País prende os soluços e se une numa prece por Tancredo, o nosso João, como quem não tem nada com isso, conjuga o me esqueçam pelas amenidades do mundo dos ricos.

VILLAS-BÔAS CORRÊA

Repórter político do JORNAL DO BRASIL